



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2019.

Parecer n° 21/2019 - ABA¹

Ref.: Processo: E-07/501.706/2012

Análise da legalidade do processo de apuração de infração administrativa ambiental. Tempestividade do recurso. Sugestão pelo desprovimento do recurso apresentado.

I. RELATÓRIO

1.1 – Histórico do processo

Trata-se de apuração de infração administrativa ambiental em face de COOLETRANS- Coleta e Reciclagem de Lixo Ltda., imposta com fundamento no artigo 81 da Lei 3.467/2000, "*por deixar de prestar ao Inea informações exigidas na Notificação n° GEAR3NOT/00009944, de 08/03/2010*" (Auto de Infração n° COGEFISEAI/00143092 – fl. 09).

Inaugurou o processo em referência a emissão do Auto de Constatação n° GEAR3CON/01002843 (fl. 03). Ato contínuo emitiu-se o Auto de Infração n° COGEFISEAI/00143092 (fl. 09), com base no artigo 81 da Lei Estadual n° 3.467/00, que aplicou a sanção de "Multa" no valor de R\$ 4.227,29 (quatro mil duzentos e vinte e sete reais

¹ O presente Parecer contou com a contribuição, na análise jurídica, da estagiária Isabella Domingues Luzar Gutierrez.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Processo n. E-07/501.706/2012

Data: 10/02/2012 Fls.

Rubrica *[assinatura]*

ID: *Ident. Funcional*
000214547E

e vinte e nove centavos). Inconformada, a Autuada apresentou Impugnação ao Auto de Infração (fls. 12/13).

1.2 – Da decisão da impugnação

Consta à fl. 222 decisão do diretor de pós-licença que indeferiu a impugnação apresentada, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração (fls. 216/221).

A autuada foi notificada do indeferimento da impugnação em 20/08/2018, tendo apresentado Recurso Administrativo em 23/08/2018.

1.3 – Das razões recursais da Autuada

No recurso apresentado às fls. 228/229, a Autuada alega, em síntese, que apresentou os Laudos de Opacidade referentes ao período compreendido entre 2008 e 2015, exigidos em notificação anterior e requer o cancelamento da multa aplicada.

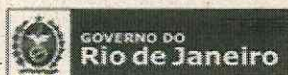
II. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – Das preliminares

2.1.1 - Da tempestividade do recurso

A Lei estadual 3.467/2000 determina que o prazo para apresentação de recurso contra decisão que aprecia a impugnação ao auto de infração é de 15 (quinze) dias contados da intimação (artigo 25).

Sendo assim, e levando em consideração que a Notificação nº COGEFISNOT/01095419 foi recebida em 20/08/2018 (fl. 226), considera-se tempestivo o recurso apresentado no dia 23/08/2018.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

2.1.2 – Da competência para lavratura dos autos de constatação e infração e para análise da impugnação e do recurso

Com relação à competência para a prática dos atos de fiscalização, destacam-se as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 41.628/2009², bem como da recente edição do Decreto Estadual nº 46.619/2019, que revogou os Decretos anteriores.

Importante esclarecer, que em se tratando especificamente do direito intertemporal, a nova norma, Decreto nº 46.619/19, incidirá imediatamente sobre os processos em andamento, sem, entretanto, prejudicar a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Portanto, a recente norma não retroagirá, sendo respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, mas será aplicável imediatamente nos processos em curso, conforme prevê o art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro³.

Sendo assim, tendo em vista que os atos que compõem o presente processo, referentes à lavratura do auto de constatação e do auto de infração e à análise da impugnação, foram praticados na vigência do Decreto 41.628/2009, seus efeitos ainda subsistem.

No que tange à competência para lavratura de auto de constatação e do auto de infração, bem como para julgamento da impugnação, aplicam-se os art. 60, 61 e 62 do Decreto 41.628/2009, antes das alterações realizadas pelos Decretos nº 45.430/2015 e 46.037/2017:

Art. 60- A atividade de fiscalização ambiental do Instituto, consistente no controle da poluição, mediante a adoção de medidas de polícia e cautelares,

² Vale ressaltar que o Decreto Estadual 41.628/2009 foi revogado, em 03/04/2019, pelo Decreto Estadual 46.619/2019. No entanto, apenas os procedimentos referentes à apreciação e decisão do Recurso Administrativo e procedimentos posteriores é que serão regidos pelo Decreto 46.619/2019.

³ Art. 6º da Lei nº 4.657/42 - A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

lavratura de autos de constatação e autos de infração será exercida pelos servidores lotados na Coordenadoria de Fiscalização e pelos demais servidores indicados pelo Regimento Interno.

Art. 61 - Os autos de infração, que terão por base as informações constantes nos respectivos autos de constatação emitidos pelo servidor competente, serão lavrados:

I - pelas Superintendências Regionais e pelas Diretorias, no caso de imposição de advertência, multas até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e apreensão, nos limites de sua competência;

II - pela Coordenadoria de Fiscalização, nos demais casos previstos na legislação aplicável.

Art. 62 - As impugnações apresentadas, no prazo de 15 dias contados da intimação, contra os autos de infração serão apreciadas e decididas:

I - pelo Vice-Presidente, no caso dos autos de infração lavrados no caso de imposição de advertência, multas e apreensão;

II - pelo CONSELHO DIRETOR, no caso de autos de infração lavrados no caso de imposição de destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total das atividades, interdição do estabelecimento e restritiva de direitos.

Por fim, conforme esclarecido anteriormente, em atenção ao direito intertemporal, no que tange à competência para julgamento do Recurso Administrativo, aplica-se o art. 61, I, do Decreto 46.619/2019:

Art. 61- Da decisão que apreciar a impugnação formulada contra os autos de infração caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 15 dias, que será apreciado e decidido:

I - pelo Conselho Diretor, no caso das decisões proferidas pelo Diretor de Pós-licença;

II - pela CECA, no caso das decisões proferidas pelo Conselho Diretor.

Considerando a legislação estadual em vigor, verifica-se que os atos praticados no presente processo estão em consonância com as regras legais aplicáveis. Nesse contexto, após análise e manifestação desta Procuradoria, o Recurso Administrativo interposto pela Autuada será submetido ao Condir, autoridade competente para julgamento, de acordo com o artigo 32, inciso III do Decreto 46.619/2019.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

2.2 – Do mérito

2.2.1– Da prática da conduta infracional tipificada no art. 81, da Lei Estadual nº 3.467/00

Alega a Autuada que a multa deve ser cancelada, uma vez que apresentou os Laudos de Opacidade requeridos na Notificação inicial. Todavia, não merece guarida essa afirmação haja vista que os boletins não foram apresentados dentro do prazo de 90 (noventa) dias exigidos na Notificação em comento.

Não obstante, é certo que a infração prevista no art. 81 da Lei Estadual nº 3.467/00 tem natureza formal, consumando-se, neste caso concreto, tão somente por deixar de prestar ao órgão ambiental a informação conforme demandada no item 1 da Notificação nº GEAR3NOT/00009944, independentemente de haver ou não dano ao meio ambiente.

Conforme esclareceu a área técnica à fl. 214, a referida notificação demandou que a Autuada apresentasse **“em intervalo trimestral (a cada 90 dias) [...] boletins de medição das emissões dos veículos movidos a óleo diesel”, entretanto, os boletins foram apresentados pelo Autuado em 25/05/2010, 27/05/2013, 18/03/2013, 12/11/2013, 26/02/2014, 26/02/2015, 30/11/2015**, o que demonstra o não cumprimento da frequência de envios exigida pela Notificação GEAR3NOT/00009944, qual seja, a cada 90 dias.

Ressalte-se que não bastava a Autuada prestar a informação que lhe fora demandada, sendo necessário que o fizesse “em intervalo trimestral (a cada 90 dias)”. Assim, não merece ser acolhido o pedido da Autuada, que pretende cancelar a Multa alegando cumprimento da Notificação, muito embora não tenha prestado a informação conforme exigida.

Não havendo, por outro lado, qualquer argumento capaz de ilidir a caracterização da infração administrativa ambiental de que ora se cuida, forçoso concluir pela subsistência da autuação, com a manutenção da penalidade pecuniária imposta.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

III. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que:

- (i) O recurso é cabível e tempestivo, haja vista estar em consonância com as regras previstas no artigo 25 da Lei Estadual nº 3.467/2000 e Decreto Estadual nº 41.628/2009;
- (ii) Considerando a legislação estadual em vigor, verifica-se que atos praticados no presente processo estão em consonância com as normas sobre competência e procedimento, devido processo legal e o princípio do contraditório e ampla defesa;
- (iii) A alegação da autuada não merece ser acolhida, tendo em vista que ficou comprovado que a Recorrente incorreu em violação ao artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000, não logrando êxito em comprovar sua alegação;
- (iv) Por fim, cumpre ressaltar que "os pareceres emitidos pela Procuradoria do INEA não vincularão o órgão consulente, que poderá deles discordar, desde que declare expressamente os motivos determinantes da decisão contrária" (Art. 34 do Decreto Estadual 41.628/2009).

Destarte, entendemos **pelo conhecimento do recurso**, opinando, no mérito, **por seu desprovemento**.

É o parecer que submeto à apreciação de V.Sa., s.m.j.

Ariane Baars de Arruda Botelho
Ariane Baars de Arruda Botelho
Assessora Jurídica / ID 5099100-0
GEDAM / Procuradoria do Inea





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

VISTO

APROVO o Parecer nº 21/2019 - ABA, que opinou pelo conhecimento do recurso administrativo interposto por COOLETRANS- COLETA E RECICLAGEM DE LIXO LTDA., eis que cabível e tempestivo e, no mérito, por seu indeferimento.

Devolva-se à **DIPOS**, para adoção das medidas necessárias tendentes à continuidade do procedimento administrativo.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2019.

[Assinatura]
Rafael Lima Daudt d'Oliveira

Procurador do Estado
Procurador-Chefe do Inea



inea instituto estadual
do ambiente

